



Moratórias Fiscais: Estado tem de continuar a apoiar as empresas



**Manuel
Reis Campos**
Presidente
da CPCI e da
AICCOPN

Quando a crise gerada pelo surto pandémico eclodiu, em março, identificámos de imediato algumas medidas extraordinárias, que eram imprescindíveis para, como dissemos, evitar o que poderia ser um desastre absoluto, permitindo que a generalidade das empresas pudesse suportar o impacto de uma paragem sem precedentes na atividade económica. A moratória dos pagamentos de impostos e contribuições para a segurança social foi uma das soluções prioritárias que o Governo, e bem, implementou e um estudo do Tribunal de Contas, recentemente divulgado, diz mesmo que mais de metade do apoio público executado entre março e maio deveu-se, precisamente, ao adiamento de receita fiscal, a qual terá agora de ser paga ao longo dos próximos meses.

E a verdade é que, muitas das empresas que recorreram a esta moratória, estão já a efetuar os pagamentos das contribuições normais devidas, acrescidas dos montantes que foram objeto de moratória. Ou seja, num momento em que a economia está a sofrer o impacto do abrandamento generalizado da atividade e se mantêm as dificuldades operacionais das empresas, o fluxo financeiro da carga fiscal e contributiva está a ser agravado para uma grande parte do tecido empresarial.

Como temos afirmado, o setor da Construção não parou por força da Declaração de Estado de Emergência e é mesmo apontado, à escala

européia, como uma aposta decisiva para reativar a atividade económica e o emprego. Porém, é preciso assegurar condições ao tecido empresarial nacional para se posicionar competitivamente e tirar partido desta aposta e, para isso, há que olhar para o curto prazo e para as necessidades de liquidez das empresas. De igual modo, nesta fileira, há muitas atividades, como é o caso das empresas que se dedicam à construção e montagem de stands e prestação de serviços, no âmbito de exposições, feiras internacionais de negócios e outros eventos, que continuam com uma suspensão quase total das suas operações.

As medidas temporárias estão, gradualmente, a desaparecer, mas a crise económica não. É preciso dar mais tempo às empresas para lidar com as dificuldades da situação atual e manter os postos de trabalho que todos esperamos venham a ser necessários para a próxima fase, de retoma da economia e de arranque do investimento público.

Enquanto se aguarda a implementação de outros mecanismos que já foram anunciados, como a criação de um verdadeiro Banco do Fomento, a execução dos projetos de investimento público previstos ou os novos instrumentos comunitários de apoio, prolongar as moratórias dos pagamentos dos impostos e das contribuições sociais é, neste momento, uma medida indispensável para muitas empresas portuguesas.